



Rua Santa Catarina, 651, Centro, Herval d'Oeste - SC
CNPJ: 09.234.560/0001-85 Inc. Est. 255.507.241
CREA-SC 085808-3 Fone: (49) 3551-8600

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESIGNADO PARA O PROCESSO LICITATÓRIO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE HERAL D'OESTE/SC.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023
TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2023**

1

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.234.560/0001-85 e inscrição estadual nº 255.527.241, com sede na Rua Santa Catarina nº 651, bairro Centro – Herval d'Oeste(SC), CEP 89610-000, por seu advogado infra assinado, tempestivamente, vem, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão desta digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº

22.797.458/0001-56, apresentando no articulado as razões de sua irresignação,

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso é apresentado no prazo estabelecido no art. 109, I da Lei 8.666/93, e considerando o disposto no art. 191 da Lei 14.133/21, devendo, portanto, a Vossa Senhoria vir a apreciá-lo, aplicando a legislação vigente.

II. DOS FATOS

2 Com fundamento nas disposições legais contidas na Lei 8.66/93, atualizada e demais atualizações pertinentes a matéria, e foi autorizada pelo Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), abriu procedimento licitatório sob o número do Processo Administrativo nº 001/2023, Tomada de Preço nº 001/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução das obras e serviços de implantação da rede coletora de esgotamento sanitário a ser implantada em Ruas do Bairro Morada do Sol, objetivando a implantação de infraestrutura e posterior recapeamento da via ora deteriorada, localizadas no perímetro urbano no município de Herval d'Oeste – SC, incluindo o fornecimento de Material e Mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário dos serviços descritos nos memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e projetos.

Acudindo ao chamamento do certame licitatório, a recorrente e outra licitante, dele vieram a participar.

Sucede que, após a análise da documentação apresentada pelos proponentes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa **SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, em dissonância das normas editalícias, conforme se demonstrará a seguir.

III. DAS RAZÕES DA INABILITAÇÃO DA SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade da Comissão em admitir a sua não observância.

No presente caso, a referida empresa não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta.

Nos procedimentos licitatórios, a habilitação tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, a regularidade para com o fisco, o **know-how técnico**, isso pelo menos a priori; demonstrar sua capacidade (técnica e econômico-financeira) para honrar com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para qual se candidatou.

Em termos de segurança, legalidade, eficiência e, principalmente, interesse público (princípios que norteiam a administração pública), os requisitos específicos de habilitação (capacidade técnica operacional e técnico profissional), devem ser não só observadas, **mas seguidos à risca**, as quais tem a finalidade de evitar prejuízos social, econômico e administrativo para a Administração, avaliando assim a solidez e a capacidade técnica de execução da obra, dentro dos parâmetros de complexidade que a mesma exige.

Notoriamente, o processo licitatório tem entre uma de suas finalidades, procurar a proposta mais vantajosa para a Administração e por consequentemente proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, consoante ao art. 37 da Constituição Federal de 1988.

3

No caso em análise não é o que se verifica, pois, a empresa SRV Projetos e Construções LTDA, não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar acervo técnico incompatível com o objeto da obra; cotejando o instrumento convocatório, em atenção especial nos itens 8.1.2.1 (capacitação técnica-operacional) e 8.1.2.3 (capacitação técnico-operacional), vejamos.

8.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR:

8.1.2.1. CAPACITAÇÃO TÉCNICA - OPERACIONAL:

a) Certidão de Registro da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de origem, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo com a indicação do(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) (no mínimo um Engenheiro Civil e/ou Arquiteto como responsável técnico pela empresa), dentro de seu prazo de validade.

b) Comprovação através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA e/ou CAU comprovando que a empresa tenha executado obra com as mesmas características do objeto licitado.

8.1.2.3 CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

8.1.2.3.3. Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT(s) do profissional indicado da empresa, dando conta de que o mesmo já desempenhou atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os serviços relacionados neste Edital, ou seja, obra com as mesmas características do objeto licitado.

- Poderão ser apresentadas tantas CAT's quanto necessárias para a comprovação total do item acima, sendo vedada, entretanto, a somatória de CAT's para esta obra.
- No caso de a CAT não contemplar a dimensão do serviço em metros quadrados, a Licitante deverá comprovar que a CAT se refere a um serviço com as dimensões exigidas neste Edital.
- Será considerado com características semelhantes às parcelas de maior relevância do objeto: atestado de execução de obra civil com as características do objeto;

Ocorre que, a empresa apresentou Acervos Técnicos insuficientes para comprovar sua capacidade técnica de executar a obra. Vejamos:

4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.158.105/0001-09, situado na Rua Caetano Carlos, nº 456, Campos Novos/SC, CEP 89620-000, ATESTA para os devidos fins que a empresa **SRV. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 22.797.458/0001-56, com registro no CREA SC nº 136011-4, tendo por responsável técnico o Engº André Luiz Simon, CREA SC nº 133222-6, ART 7112606-1, executou obra de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto, no Condomínio Nossa Senhora das Dores, em Campos Novos, no período de 16/07/2019 a 20/09/2019, decorrente da licitação Tomada de Preços nº CNO 02/2019, compreendendo 1 (um) Tanque Séptico e 2 (dois) filtros anaeróbios, incluindo portal de entrada, cercamento, desarenador e rede de disposição final, conforme quantitativos a seguir:

- Execução Escavação em Terra com 80,00 m³
- Execução Estrutura de Concreto Armado com 17,00 m³
 - tanque séptico com 5,00 x 2,70 m com h útil de 2,80 m
 - dois filtros com diâmetro de 2,50 m
 - desarenador
- Execução Escavação em terra com 220 m
- Execução Reaterro com 220 m
- Execução de pintura com 1,00 unid.
- Instalação de Cerca com 65 m
 - tela soldada e galvanizada a fogo malha 5 x 15 fio nº 10
 - mourões de concreto
- Execução Tanque Séptico com 43,20 m³
- Execução filtro com 34,36 m³
- Execução rede de esgoto com 220 m
 - tubo de PVC DN 150 JEI para esgoto

Registro realizado eletronicamente, para fins de análise o código QR inserido na CAT, disponível no endereço no site: <http://www.crea-sc.org.br/registroeletronico>, com o nº 0221-40749 de 14/06/2022, página 3 de 3.

Como podemos nitidamente perceber, o acervo técnico apresentado pela proponente SRV, o objeto apresentado pelo referido atestado, difere do objeto e dos serviços pedidos no Edital Tomada de Preços nº 001/2023 – Processo Administrativo nº 001/2023.

III - OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Processo Licitatório, a Contratação de Empresa(s) Especializada(s) para execução das obras e serviços de implantação da rede coletora de esgotamento sanitário a ser implantada em Ruas do Bairro Morada do Sol, objetivando a implantação de infraestrutura e posterior recapeamento da via ora deteriorada, localizadas no perímetro urbano do município de Herval d'Oeste - SC; incluindo o fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada por preço unitário dos serviços descritos nos memoriais

O atestado apresentado pela proponente SRV, demonstra claramente que o serviço executado foi, a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto, Tanque Séptico e Filtro, compreendendo uma construção de uma fossa e um sumidouro; e **assim não sendo obra semelhante ou compatível requisitada pelo ato convocatório.**

O objeto de maior relevância na TP 01/2023 - é: **A REDE COLETORA DE ESGOTO**, os serviços estimam um valor correspondente à **70% (setenta por cento)** do valor total da obra, que está estimada em R\$ 1.073.918,35 (Um milhão, setenta e três mil, novecentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos).

Ocorre que, nos acervos apresentados pela proponente SRV Projetos e Construções LTDA, a mesma apresentou apenas um atestado de 220 metros em execução de rede de esgoto, ou seja apenas 19% (dezenove por cento), da extensão da rede de esgoto, necessária para a execução da obra que será de 1.146 metros lineares, e mesmo assim o atestado apresentado não contempla serviços essenciais para a boa execução da obra, como por exemplo, **poço de visita e ligações domiciliares.**

Na planilha que acompanha o Edital, que é o ato convocatório do supramencionado processo licitatório, é clara, ao trazer que os serviços que compreendem como poço de visita e ligações domiciliares, são de suma importância para a execução desta obra, isso porque ambas, correspondem a 18% (dezoito por cento) do valor total da obra, sendo assim uma parcela importantíssima para a execução da obra, e que a proponente SRV, **não demonstra** ter executado serviços compatível nos atestados de capacidade técnicos apresentados.

Então o que podemos comprovar, é que o único atestado que a recorrida empresa apresentou que deveria demonstrar sua capacidade técnica para a execução da obra, o **objeto do atestado é apenas a construção de um tanque séptico, dois filtros uma pequeníssima extensão de rede sem ligações domiciliares ou prediais e sendo assim incompatível com a complexidade que a obra, objeto do edital em comento.**

E assim sendo, é impreterível que a digníssima Comissão tenha como decisão justa a ser tomada, a inabilitação da empresa SRV Projetos e Construções LTDA, por não apresentar capacidade técnica suficiente para a execução da obra, objeto do edital Tomada de Preços nº 001/2023, Processo Administrativo 001/2023, publicado pelo Município de Herval d'Oeste (SC).

IV - DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA.

A falta de capacidade técnica, da empresa recorrida, fere o princípio do ato convocatório e por consequência os princípios da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, e principalmente fere o princípio da isonomia, trazendo assim grande prejuízo, não somente com relação a empresa recorrente, mas principalmente a municipalidade, impondo a Administração e aos licitantes a observância das normas estabelecidas no edital, e velando pelo princípio da eficiência.

6

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. 1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições. 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls. 216/220) em nome da empresa ** com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa **, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas ***. 3. O descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei 8.666 /93. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018). #3196921

Ao habilitar a empresa recorrida, a Administração vem a dar tratamento diferenciado, em prejuízo à recorrente sem qualquer amparo legal, ferindo assim o princípio da isonomia.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

*"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De sua República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. **De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais** e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. **A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...**" (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)*

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade.

7

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)*

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo, que é a habilitação da empresa recorrida, para que seja considerada **inabilitada a empresa SRV Projetos e Construções LTDA**, pois os atestados técnicos apresentados pela mesma, não contemplam serviços de obras semelhantes, faltando inclusive serviços de extrema importância para a execução total da obra.



V – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de atendimento aos requisitos legais, pugna a recorrente pelo recebimento do presente recurso;

Requer seja, processado e julgado, exercendo o juízo de mérito e de retratação, conforme o art. 109, §4º da Lei 8.666/93, e assim seja **reformada** a decisão aqui acatada para **INABILITAR** a empresa **SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**. E assim dando prosseguimento ao certame para a abertura do envelope de proposta.

Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida pela d. Comissão de licitação, **requer**, seja o presente recurso remetido à Autoridade Superior, para que seja reapreciado.

Requer, por fim que todas as comunicações relativas ao presente recurso e seu julgamento, além de regular publicação em diário oficial, sejam feitas diretamente a recorrente, sob pena de nulidade, nos termos do art. 26, c/c art. 28 da Lei 9.784/99.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

8

Herval d'Oeste (SC) 24 de janeiro de 2023.

 **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME**

Joceli Silva de Andrade
Socio Administrador

Cesar L. Begatto
Advogado
OAB/SC 45565